

HABEAS CORPUS Nº 467.344 - RJ (2018/0226099-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : HEBERTE DE JESUS DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HEBERTE DE JESUS DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Rio de Janeiro, que denegou o *writ* de origem.

O acórdão do Tribunal *a quo* está assim ementado (fl. 43):

HABEAS CORPUS. ARTS. 33 E 35, DA LEI 11.343/06. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA FUNDAMENTADA NA GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. IMPROCEDÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

Paciente preso em flagrante com um corréu por portar, em tese, um rádio transmissor e 53 gramas de cocaína.

Ausência de fundamentação idônea nas decisões que decretou e manteve a prisão cautelar do paciente, que não se verifica.

Autoridade coatora que decidiu pela constrição do acusado fundamentando em fatos concretos, reveladores da necessidade da medida, em obediência ao artigo 93, inciso IX da Constituição Federal. Prescindibilidade de prova concludente da autoria delitiva para a adoção da prisão preventiva. Em que pese a primariedade do paciente, não foram trazidos aos autos documentos que comprovem residência no distrito da culpa e atividade lícita.

Registre-se que os crimes praticados são punidos com pena privativa de liberdade superior a 4 anos de reclusão, estando a decisão em consonância também com o artigo 313, I do Código de Processo Penal.

CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PEDIDO IMPROCEDENTE. ORDEM DENEGADA.

A impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar.

O paciente foi condenado pela prática dos crimes tipificados nos artigos 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, à 8 anos de reclusão e 1.200 dias-multa, regime inicial fechado.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

Na origem, processo n. 0143515-61.2018.8.19.0001, foi prolatada sentença condenatória em 23/11/2018, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis em 11/2/2019.

É o relatório.

A impetrante requer a revogação da prisão preventiva, com a alegação de ausência dos requisitos autorizadores dessa segregação cautelar.

A sentença condenatória indeferiu o direito de paciente recorrer em liberdade pelos seguintes fundamentos (fl. 79):

[...]. O acusado Heberte respondeu ao processo preso, devendo permanecer acautelado, uma vez que não há fato novo a ensejar sua liberdade, mormente nesta fase em que se prolata um juízo condenatório que deve mitigar o princípio da presunção de não culpabilidade. Entendo, assim, estarem presentes os requisitos autorizadores de sua custódia na forma do artigo 312 do CPP. [...].

O decreto prisional, mantido pela sentença, assim dispôs (fl. 9 - com destaques):

[...].No que diz respeito à conversão da prisão em flagrante em preventiva, entende este magistrado que a prisão se mostra necessária e proporcional, data vênua do entendimento defensivo, devendo ser destacado que os fatos imputados aos custodiados são tipificados como crimes graves, notadamente porque os policiais estavam em operação para coibir o tráfico de drogas. Num dos acessos, teriam sido alvejados por disparos de arma de fogo, pelo que revidaram.

Cessado o confronto e após cerco, certo é que os policiais teriam encontrado e detido os indiciados, sendo que Heberte foi encontrado com uma rádio e com material entorpecente, **ao passo que Werton teria sido encontrado com um rádio transmissor. Outrossim, certo é que ambos os indiciados teriam declarado em sede policial que trabalhariam como atividade de radinho, sendo o local dominado pela Fação Comando Vermelho. Por fim, importante frisar que a forma de acondicionamento das drogas é indicativa de traficância.**

Neste prisma, tudo indica que o restabelecimento da liberdade dos custodiados gera ofensa à ordem pública, assim considerado o sentimento de segurança, prometido constitucionalmente, como garantia dos demais direitos dos cidadãos. Ademais, não há qualquer documento que indicie o exercício de atividade laborativa lícita pelos custodiados. É de se ressaltar que os fundamentos da prisão cautelar não guardam qualquer similaridade com os fundamentos da prisão por cumprimento de pena. Assim, o novel "princípio da homogeneidade" não tem aplicação prática nenhuma, sobretudo porque sequer se pode afirmar categoricamente que os indiciados,

em caso de eventual condenação, farão jus a uma pena restritiva de direitos. Havendo, como há, risco, aos direitos sociais previstos no artigo 312 do CPP, deverá ser decretada a prisão provisória, independentemente de qualquer pretensão premonitória sobre o resultado de eventual processo, que sequer teve início.

Assim, **em razão da gravidade em concreto do crime, considerando que teria ocorrido intensa troca de tiros no local dos fatos, num local dominado pelo Comando Vermelho**, considero que nenhuma das medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do CPP, aplicadas isoladas ou cumulativamente, são suficientes para garantir a ordem pública, ou a aplicação da lei penal, além disso, por conveniência da instrução criminal, haja vista a ausência de documentos que comprovam o exercício de atividade laborativa lícita, ou endereço domiciliar. Por fim, quanto aos argumentos da defesa, tenho que a questão se confunde com o mérito e revolve os fatos, o que deve ser objeto de análise pelo juízo natural, não sendo a audiência de custódia a se própria para revolver tais questões.

Derradeiramente, a jurisprudência é assente quanto ao entendimento de que as condições subjetivas favoráveis, como a primariedade, dos indiciados não impõem a soltura caso estejam presentes os requisitos da preventiva, tal qual ocorre na espécie. Isto posto, converto a prisão em flagrante em prisão preventiva de HEBERTE DE JESUS DOS SANTOS e WERTON GARCIA LOPES. [...].

Como já adiantado no exame da liminar, consta do decreto de prisão fundamentação concreta, evidenciada na tentativa de fuga com troca de tiros com os agentes policiais e na participação do paciente em organização criminosa com atuação em âmbito nacional, apontando que *teria ocorrido intensa troca de tiros no local dos fatos, num local dominado pelo Comando Vermelho*, o que deve ser considerada como motivação válida para a custódia.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes e presença de diversas frentes de atuação. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo

Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Esta Corte Superior, ainda, entende majoritariamente que a tentativa de fuga no momento da abordagem policial, após a prática criminosa, inclusive com resistência física, perseguição em alta velocidade, e troca de tiros com agentes policiais, são circunstâncias fáticas que justificam a prisão preventiva. Conforme os seguintes precedentes: RHC 71.563/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 9/8/2016; HC 398.318/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017; HC 403.269/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 1/12/2017; RHC 74.131/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator